

JUDICIÁRIO

Nova gratificação aumenta salário de juizes e desembargadores em 33%

Magistrados, que já ganham mais de R\$ 30 mil, poderão ter um extra se Assembleia aprovar projeto

IZABELA JORNADA

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) encaminhou projeto à Assembleia Legislativa pedindo aumento nos salários de 210 desembargadores e juizes. O montante, se aprovado, terá impacto de R\$ 8.004.102,84 ao mês no orçamento do tribunal.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (Sindijus), Leonardo Lacerda, explicou que o reajuste dos magistrados concedido no fim do ano passado, de 16,37%, somado à gratificação de 33% proposta agora, poderá resultar em aumento total de 50% no salário da classe, no período de um ano. “O Judiciário diz que está em crise, com dificuldade financeira para investir em pessoal e estrutura. Queremos que o TJ retire o projeto”, disse Lacerda.

Na proposta encaminhada pelo tribunal à Assembleia, o presidente do TJ, desembargador Paschoal Carmello Leandro, alega que a matéria tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o orçamento de 2019. O presidente do TJ justificou também que respeita os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os juizes e desembargadores do Tribunal de Justiça de



SITUAÇÃO. Judiciário, que diz enfrentar dificuldades financeiras, constantemente aumenta os benefícios aos magistrados

Mato Grosso do Sul são um dos mais caros do Brasil. De acordo com o CNJ, o TJMS tem o custo mensal de R\$ 85,7 mil por magistrado.

APROVADA

A proposta tramita na Casa de Leis e já foi aprovada em primeira votação. Porém, os demais servidores do TJMS, que totalizam 4 mil e que recebem os menores salários (R\$ 2 mil), tiveram apenas 2,1% de reajuste. O aumento foi aprovado em junho deste ano.

Diante disso, o Sindijus protocolou memorial na Assembleia Legislativa ao deputado estadual José Carlos Barbosa (DEM), o Barbosinha, que é relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação

(CCJR) que visa modificar os dispositivos da Lei nº 1.511 de 5 de julho de 1994 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul –, encaminhando também memoriais aos demais deputados membros da CCJR.

No documento, o sindicato pediu para interromper o andamento do projeto de lei, para que seja verificada a existência do estudo de impacto financeiro, visto que este não está disponibilizado no andamento do projeto no site da Assembleia Legislativa, bem como seja oficiado ao TJMS sobre eventual autorização prévia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para pagamento de gratificação por acumulação de acervo processual (excesso de pro-

cesso por juiz), suspendendo assim o trâmite do projeto de lei.

Em contrapartida ao pedido, Barbosinha disse que a Casa vai analisar o mérito da matéria e que a proposta ainda não foi pautada para as próximas sessões.

De acordo com o presidente do Sindijus, o aumento dos salários não vai resolver o problema da morosidade do Judiciário. “Nesse primeiro momento, viemos pedir o apoio para segurar o projeto. Semana que vem vamos ter protesto com a base, com a categoria. Essa gratificação de até 33% vai ser para todos os juizes, indistintamente, e eles vão dizer que todos os juizes têm excesso de processos”, afirmou.

Outra reivindicação do sindicato é relativa ao chamamento de novos juizes. “Vai faltar dinheiro para repor servidores, para repor os juizes. Vai ficar mais moroso, vai acumular mais serviços para os servidores”, completou.

IMPASSE

De acordo com determinação do CNJ, a criação de benefícios para os juizes só pode se concretizar após autorização do próprio conselho. A determinação é para impedir excessos e filtrar as irregularidades. “Desconfiamos que eles não consultaram o CNJ. Queremos o pronunciamento do CNJ”, afirmou Lacerda.

De acordo com tabela encaminhada pelo TJ à Assembleia Legislativa, a gratificação de 33% é para atender os juizes do interior do Estado. Com este aumento, os magistrados receberão mais do que desembargadores recebem hoje. O salário deles saltará de R\$ 30.471,00 para R\$ 35.471,82. O salário dos desembargadores, um dos maiores da categoria, saltará de R\$ 37.383,00 para R\$ 39.293,32.

Isso porque os 33% não estão sendo computados, já que o limite salarial é estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Se fosse aplicado o reajuste, os desembargadores ultrapassariam esse valor, que é de R\$ 39 mil.

CONCURSO

De acordo com informações do Sindijus, está aberta a inscrição de concurso para juizes, com prova prevista para 2020. A estimativa é de que devem ser chamados aproximadamente dez, porém, o sindicato afirma que seriam necessários 40 juizes. O último concurso ocorreu em 2015. “Tentaram criar um estagiário de gabinete, uma espécie de residência jurídica, mas o CNJ barrou por estar burlando a questão do concurso. Tem concurso aberto, pessoal esperando ser nomeado e não nomeia ninguém. É preciso nomear novos servidores e a cada três juizes [que receberão a gratificação]

Saiba

Perdas e ganhos

Em novembro de 2018, o Senado Federal autorizou aumento de 16,3% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Como o vencimento dos magistrados é o limite que um funcionário público pode ganhar, isso gerou efeito cascata. Todos os servidores do País tiveram reajuste, incluindo os desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS). Porém, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu regras mais rígidas para a concessão de auxílio-moradia para magistrados, levando a apenas 180 juizes o direito ao benefício.

poderia chamar um novo”, disse o presidente do sindicato.

DEPUTADOS

O projeto foi aprovado em primeira votação na Assembleia, na quinta-feira (21).

Tanto o líder do governo na Casa de Leis, Barbosinha, como o líder do PSDB no Legislativo, deputado Rinaldo Modesto, declararam que não podem fazer nada para alterar a proposta, porque os valores são referentes ao orçamento do tribunal. “É constitucional”, ambos disseram.

“TJ é outro poder, decisão é deles e do CNJ. Vamos esperar; pediram para esperar e o projeto ainda não está pautado”, finalizou Modesto.

PREPARAÇÃO

Ruas serão interditadas para entrega da 14 de Julho

As obras da Rua 14 de Julho, dentro do projeto Reviva Campo Grande, estão chegando ao fim, mas até a inauguração marcada para sexta-feira (29), ainda haverá transtorno para quem transita na região. A Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran) vai interditar trechos de vias paralelas amanhã (28) e na sexta-feira (29).

Dois trechos serão interditados na quinta-feira. A Avenida Afonso Pena fica fechada para o trânsito entre a Avenida Calógeras e a Rua 14 de Julho. Para quem segue no sentido Shopping Campo Grande, a alternativa é ir pela Avenida Calógeras, Rua 7 de Setembro e Rua Rui Barbosa. Já em direção ao Bairro Amambá, o trajeto deve ser feito pela Rua Rui Barbosa, Rua Dom Aquino e Avenida Calógeras.

A Rua 14 de Julho ficará fechada para o trânsito entre a Rua 15 de Novembro e a Avenida Afonso Pena, das 7h (quinta-feira) até as 6h (de sexta-feira). Os motoristas devem seguir pela Rua 7 de Setembro e Rua Rui Barbosa.

Na sexta-feira, a Avenida Afonso Pena fica interditada, das 13h à meia-noite, entre a Rua 13 de Maio e a Avenida Calógeras, no sentido centro-bairro. A alternativa é seguir pela Rua Rui Barbosa, Rua Dom Aquino e Avenida Calógeras.

ERNESTO GEISEL

Paralisada há três meses, obra é retomada após repasse



AVENIDA. Um dos três trechos em obra teve o trabalho retomado

DAIANY ALBUQUERQUE

A obra de revitalização da Avenida Ernesto Geisel, que estava paralisada desde setembro deste ano, foi retomada nesta semana, após o governo federal, que financia a construção, ter repassado R\$ 700 mil da dívida de mais de R\$ 3 milhões com as empresas que executam o projeto.

A intervenção foi reassumida uma semana antes da previsão que o titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), Rudi Fiorese, havia passado. Entretanto, apenas o menor trecho da obra, localizado entre as ruas Santa Adélia e Abolição – de responsabilidade da empresa Gimma Engenharia –, teve os trabalhos retomados.

No local, foram reassumidas as frentes na calçada e ainda podem ser concluídos a ciclovia e o recapeamento do trecho, conforme o secretário. O valor repassado pela

União não cobre todos os dividendos com a construtora, entretanto, a empresa optou por terminar a obra, que já estava 80% concluída, e receber posteriormente.

Já os trechos 2 e 3 da revitalização, entre as ruas da Abolição e do Aquário, estão a cargo da empresa Dreno Construções – Eireli EPP e não há previsão para que este trecho seja retomado, já que o governo federal ainda não deu estimativa de quando pagará os valores atrasados.

O valor em atraso é referente aos meses de julho, agosto, setembro e agora outubro. As obras na região, segundo o secretário, estão 60% concluídas nos trechos 2 e 3, sendo investidos até agora total de R\$ 29.416.122,52 nos três lotes.

Iniciada em fevereiro de 2018, a revitalização abrange trecho de quase dois quilômetros da avenida.

EM RISCO

Crianças e adolescentes têm atendimento reestruturado

A Prefeitura de Campo Grande reinaugurou ontem (26) a quarta Unidade Masculina de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (UAI), ampliando e reestruturando o atendimento aos acolhidos.

Até o ano de 2015, a rede de acolhimento tinha uma estrutura generalizada, com todos os públicos e as idades sendo acolhidos no mesmo espaço, com capacidade máxima de 50 pessoas, intitulada como SOS Abrigo. O local era unidade de passagem, com permanência de até 72 horas e posterior transferência para uma unidade de acolhimento cofinanciada pela prefeitura.

Em razão da necessidade e de demandas identificadas na forma de acolhimento, executou-se um reordenamento paulatino das unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, organizando-as em quatro unidades (I – 0 a 4 anos incompletos de ambos os sexos, com 20 vagas; II – 4 a 12 anos incompletos de ambos os sexos, com 20 vagas; unidade III – 12 a 18 anos incompletos, feminino, 20 vagas; e IV – 12 a 18 anos incompletos, masculino, 20 vagas).

O atendimento se dá de modo ininterrupto, em regime de plantão, e visa promover a reintegração familiar sempre que possível. (Da redação)

PROMESSA

Emissão de novo RG deve começar no próximo ano

ADRIEL MATTOS BRUNA AQUINO

Com 11 mil pessoas aguardando a emissão do Registro Geral (RG) em Mato Grosso do Sul, o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Antônio Carlos Videira, informou ontem que a emissão da nova versão do documento deve começar em 2020. “No início do próximo ano, devemos disponibilizar. Dependemos ainda de a Casa da Moeda emitir os espelhos no novo modelo”, afirmou.

A espera por definições que dependem da Casa da Moeda se repete. Desde o início de novembro, a Sejusp aguarda envio de papel-moeda para impressão do RG. E a previsão é de que o fornecimento só seja regularizado a partir do dia 2 de dezembro, conforme reportagem publicada ontem pelo **Correio do Estado**.

A nova carteira de identidade contém mais informações, como registro do título de eleitor, numeração da Carteira de Trabalho e Previdência Social, certificado militar, Carteira Nacional de Habilitação, documento de identidade pro-

fissional, Cartão Nacional de Saúde e números de NIS/PIS/Pasep. Também poderá ser incluído o nome social, sem a necessidade de alteração no registro civil.

Sobre a fila para emissão do RG, Videira explicou que a Casa da Moeda está atrasando o envio de papel-moeda para a empresa contratada pelo Estado para emitir o documento. “Estamos mantendo o agendamento e a captura de imagens e de dados. Todavia, a emissão depende do papel-moeda”, disse.

Apesar de não suspender os agendamentos para emissão do documento, a impressão do RG não é realizada. Com isso, quem precisa do documento vai ter de esperar, pelo menos, até dezembro.

Em média, o cidadão aguarda por uma semana para receber o RG, após realizar a coleta de dados. Com a falta de material, os servidores dos postos de identificação estão agendando a retirada do documento após a segunda quinzena de dezembro. Por mês, 13 mil pessoas procuram pelo serviço de emissão.

GRUPAMENTO DE APOIO DE CAMPO GRANDE

MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/GAP-CG/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal. Abertura das propostas no dia 09/12/2019 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 27/11/2019, no www.comprasgovernamentais.gov.br.